

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

Aos 22 dias do mês de julho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Parte

Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, para apresentação do Relatório sobre a Emigração Portuguesa - 2013.

2ª Parte

1. Informações.

2. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 75/XII/3ª - "Aprova o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa, por um lado, e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General do Comandante Supremo Aliado para a Transformação, por outro".

Deputado Relator: Paulo Pisco (PS);

- Proposta de Resolução nº 77/XII/3ª - "Aprova a Convenção Internacional para Eliminação de Atos de Terrorismo Nuclear, adotadas em Nova Iorque, em 13 de Abril de 2015".

Deputado Relator: Mário Magalhães (PSD);

- Proposta de Resolução nº 78/XII/3ª - "Aprova o Tratado de Comércio de Armas, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 2 de abril de 2013".

Deputado Relator: Laurentino Dias (PS).

3. Aprovação das Atas nºs. 140, 141, 142, 143, 144, 145 relativas respetivamente às reuniões de 27 e 29 de maio, 17 e 24 de junho e 1 e 8 de julho.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

4. Outros assuntos.

1ª Parte

Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, para apresentação do Relatório sobre a Emigração Portuguesa - 2013.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por cumprimentar o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, bem como os membros da Comissão, tendo de imediato passado a palavra ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, começou por referir que era com todo o prazer que vinha apresentar este [Relatório](#) à Assembleia da República. Relembrou que o Relatório surge na sequência da aprovação da Resolução da Assembleia da República n.º 84/2013 que prevê a apresentação anual à Assembleia da República, pelo Governo, de um Relatório em que estejam sintetizados dados sobre a emigração de cidadãos nacionais, designadamente o número de cidadãos que saem do país, os principais países de destino dos emigrantes portugueses, a caracterização socioeconómica dos emigrantes portugueses e, ainda, a identificação e caracterização das estruturas formais e informais de acompanhamento dos fluxos migratórios. Vivem hoje no mundo mais de dois milhões e trezentos mil emigrantes portugueses. Esta população é o resultado acumulado de migrações internacionais com origem em Portugal, que se sucederam desde a II Guerra Mundial. Em 2010 residiam no conjunto dos países europeus mais de dois terços dos portugueses emigrados e mais de 85% dos emigrantes que nesse ano saíram de Portugal dirigiram-se para a Europa. Destacou a dificuldade na obtenção e harmonização de dados, bem como a fragilidade dos sistemas estatísticos em alguns países, o que afeta em particular o conhecimento da emigração para Angola e para França. Referiu ainda que neste relatório usam-se, em regra, dois indicadores sobre a emigração: quando se trata de medir as populações portuguesas emigradas, o indicador retido é, sempre que disponível, o da naturalidade; quando

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

está em causa a medição do movimento de entrada de portugueses nos países de destino, o indicador usado é o da nacionalidade. Agradeceu e destacou o contributo de várias entidades e instituições para o Relatório, tendo de seguida passado à sua apresentação mais detalhada.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) cumprimentou o Sr. Secretário de Estado e a equipa que colaborou na preparação do Relatório e disse que, como o Sr. Secretário de Estado tinha dito, o Relatório existe porque houve uma iniciativa do PCP nesse sentido. Os dados apresentados vêm confirmar que, por causa da política governativa dos últimos anos, assistimos a uma migração em série. Exportamos pessoas qualificadas, o que é evidente até nos serviços públicos que estão cada vez mais esgotados e é o atual Governo, prosseguiu, que incita as pessoas a emigrar. Sabemos que o número de emigrantes aumentou mas falta saber onde e em que estão a trabalhar. Continuam a trabalhar em profissões não qualificadas? O Relatório não caracteriza a emigração ao contrário do que era previsto na iniciativa que lhe deu origem. A concluir, mencionou ainda o facto de terem sido reduzidos brutalmente os atos consulares.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse que o Governo não desmentiu os números da emigração, pelo contrário, até porque não ignorava as consequências da situação existente em Portugal. O Relatório comprova que é uma constante da realidade portuguesa e até evidencia que houve anos recentes com números de emigração superiores. Disse ainda que sabiam onde estavam os quadros portugueses mas estes dados não estão trabalhados até porque se sabe igualmente que há muitos portugueses com habilitações académicas superiores às necessárias para as funções que exercem. Contestou ainda os dados consulares mencionados pela Sr.ª Deputada Carla Cruz.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou o governo pela apresentação do Relatório que espera seja o ponto de partida para o aperfeiçoamento dos relatórios futuros. Considerou o Relatório desproporcionado, dado que gasta 200 páginas a fazer a caracterização dos fluxos migratórios e as restantes com análises subjetivas. Disse que o relatório não fala da redução do número de funcionários consulares que são

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

contratados e ao fim de pouco tempo abandonam os postos, nem do ensino da língua portuguesa no estrangeiro. Referiu que continua sem saber para que é que serviu a propina até porque não há melhoria do ensino. Disse ainda que o número de ASIC diminuiu drasticamente e concluiu referindo que o atual governo assassinou as políticas para as comunidades portuguesas e este Relatório evidencia esta situação.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse que não tinha a veleidade de considerar o relatório perfeito. É um relatório relativo a 2013, não mascara número nenhum e destacou que foram recolhidos dados de entidades independentes. O Governo anterior encerrou 25 postos consulares, eliminou dois mil processos de ASIC e reduziu o número de professores. Referiu que o atual Governo reabriu postos consulares encerrados pelo anterior executivo. Rematou considerando que as comunidades portuguesas são muito importantes e não vale a pena fazer demagogia à volta delas.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) disse que este Relatório é fundamental para caracterizar a emigração e as comunidades portuguesas e para definir políticas. Relembrou que já em 2010 o jornal Público dizia que os fluxos migratórios eram superiores aos dos anos 60. O Relatório permite evidenciar a mobilidade e os novos destinos, a questão dos mais qualificados e da desadequação das habilitações. O Relatório desmitifica igualmente a questão dos atendimentos consulares e prosseguiu referindo que não aceita que se diga que há funcionários consulares a ganharem menos quando o anterior Governo não aprovou o estatuto e contratou funcionários a ganharem menos que o vencimento mínimo. Concluiu referindo que a discussão deste documento é um momento importante e disse que se sentia honrado por estar hoje a participar no debate deste Relatório na qualidade de Deputado eleito pela emigração.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, respondeu manifestando concordância com a necessidade de reforçar o apoio social embora devendo haver sempre articulação com as instituições locais.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) disse que foi com enorme gosto que viu a apresentação do Relatório na Assembleia. É salutar porque há muito que falta um diagnóstico para definição de políticas públicas neste domínio e também porque afasta a demagogia. Perguntou que dificuldades tinham sido encontradas na elaboração do Relatório e se estão a ser adotadas medidas com vista ao seu aperfeiçoamento. Quanto ao ASIC disse que deparou com o número elevado de beneficiários em São Paulo sendo importante no caso perceber o perfil migratório. Perguntou a finalizar que exemplos podem ser dados em termos de boas práticas no relacionamento entre a Secretaria de Estado e as comunidades residentes.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, começou por referir, quanto às dificuldades na elaboração do Relatório, que resultavam desde logo das fontes. Desde que acabou o passaporte emigrante tem de se trabalhar com os países de destino. Não existem dados relativos a Angola, sabem que por ano são pedidos cerca de 25 mil vistos, mas não sabem quem fica lá a trabalhar. Também houve dificuldades quanto aos emigrantes em França e, de forma geral, quanto à questão das habilitações, pelo que irão tentar melhorar a recolha de dados no futuro. Quanto aos dados do ASIC disse que não há dados relativamente à Venezuela porque dois mil processos foram anulados pelo anterior Governo o que considerou criminoso. Quanto a São Paulo, existem lá bolsas de pobreza o que explica o número de situações.

O Sr. Presidente informou quanto aos tempos da segunda ronda tendo de seguida dado a palavra à Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) que começou por referir que o Sr. Secretário de Estado contou com a receita relativamente aos atos consulares, desvalorizando outros elementos. Relativamente ao EPE perguntou o que o Sr. Secretário de Estado diz, dado que os números atuais são muito inferiores aos que contestava enquanto estava na oposição.

O Sr. Deputado Carlos Páscoa (PSD) cumprimentou o Sr. Secretário de Estado pelo Relatório que, considerou, tem a vantagem de ser o primeiro. Referiu de seguida o fenómeno do associativismo empresarial que considerou fundamental para os emigrantes e para os países de destino. Há um crescimento enorme destas

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

associações e pediu que falasse da sua importância para a diáspora. Quanto ao Gabinete para apoio na Diáspora considerou que era um instrumento importantíssimo. Referiu ainda que na última visita que efetuou à Venezuela teve oportunidade de participar em 4 permanências consulares e ficou convencido da vantagem das permanências. Concluiu referindo que começa uma vaga de regresso desta nova leva de emigrantes e perguntou se o Governo tinha dados sobre esta situação.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que a este Relatório está subjacente o incentivo à emigração, até porque considera que se trata de um direito, mas quando as pessoas têm de emigrar é a evidência da falência do sistema. Quanto aos postos consulares, o Governo deveria ter em conta o número crescente de emigrantes para a Europa o que não fez e citou vários casos de redução significativa de funcionários consulares. Relativamente às permanências consulares, disse que não eram más, o que é meu, prosseguiu, é as condições em que são feitas. Concluiu pedindo que confirmasse se não há vários postos com filas permanentes e até com problemas que obrigam a que se chame a polícia.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) começou por referir que gostaria de ouvir o Sr. Deputado Paulo Pisco falar das comunidades em geral e não apenas dos funcionários consulares. Prosseguiu referindo que o problema quanto aos dados em França é que muitos emigrantes têm dupla nacionalidade não sendo por isso contabilizados. Entre 2007 e 2011 houve, no entanto, uma redução do número de portugueses que pediram a naturalização.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém (PS) disse que este tipo de Relatórios visa permitir a definição de políticas públicas. Sendo o primeiro considera que no futuro tem de se ir mais longe, sobretudo em matéria de emigração portuguesa qualificada, para saber os que saem, os que fazem falta no país. Exemplificou com os engenheiros porque, justamente quando se fala na reindustrialização europeia é importante saber se eles vão contribuir até para acentuar a clivagem norte sul da Europa. Finalmente, disse que tinha curiosidade em saber o número de portugueses que nos últimos anos nasceram no estrangeiro, até para perceber se a quebra demográfica teria sido diferente num contexto de menor emigração.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, em resposta às diversas questões, começou por dizer que a única forma de inverter este processo é com o crescimento económico e exemplificou com a Suíça, país para o qual houve uma grande leva de emigrantes mas muitos já regressaram porque encontraram entretanto soluções em Portugal. Quanto às permanências consulares, disse que são pedidas porque os funcionários consulares sabem que são positivas. Apesar das reduções foi possível deslocar funcionários para Paris e desenvolver parcerias com integração de valências distintas. Afirmou ainda que defende as parcerias com empresas privadas para efeitos de questões consulares, solução que já foi aplicada por outros países. Relativamente ao ensino disse que não se deveria olhar exclusivamente para os números de professores mas também para os dos alunos, que aumentaram significativamente. A concluir, disse que gostaria que o Relatório fosse debatido no Plenário.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) pediu a palavra para informar que no início da próxima sessão legislativa o grupo parlamentar do PS irá requerer a audição do Sr. Secretário de Estado para a falar sobre as questões consulares.

O Sr. Presidente agradeceu a presença e disponibilidade do Sr. Secretário de Estado que se retirou. A audição foi gravada estando disponível o registo [vídeo](#) e [áudio](#) na página da Comissão na Internet.

2ª Parte

1. Informações.

A reunião prosseguiu tendo o Sr. Presidente informado que decorrerá em Roma, nos dias 6 e 7 de outubro, a VIII Reunião da ASEP Asia Europ Parliamentary Partnership sobre o “Papel dos Parlamentos no apoio ao diálogo entre a Europa e a Ásia, ao crescimento sustentável e às estruturas mais fortes de governo”. Na última reunião foi em representação da Comissão a Sr.ª Deputada Ângela Guerra. De acordo com os critérios aprovados, cabe ao grupo parlamentar do PCP indicar representante. A indicação deverá ser feita até ao início de setembro. Informou ainda se irá realizar na Assembleia da República o Fórum da Juventude Europa Lusofonia – “Desafios à cooperação e Desenvolvimento” nos dias 1, 2 e 3 de outubro. Referiu que para se

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

envolver as comissões parlamentares como os organizadores desejam, deverá ser reformulado o programa e prever-se expressamente as questões a tratar e os oradores.

Houve anuência da Comissão, pelo que informou que desta posição será dado conhecimento aos organizadores.

2. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 75/XII/3ª - "Aprova o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa, por um lado, e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General do Comandante Supremo Aliado para a Transformação, por outro".

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o parecer começando por referir que, no âmbito da reforma, de junho de 2011, da estrutura de comandos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ficou acordado entre os países membros da Aliança transferir para Portugal o Quartel-General da Naval *Striking and Support Forces NATO (STRIKFORNATO)* bem como da sua Escola de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS). O Governo de então declarou que não aceitaria qualquer reforma que excluísse as instalações do Comando Conjunto de Oeiras e das suas valências, posição que se concretizou com êxito já na vigência do atual Governo. No que respeita à Escola de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS), a sua relevância pode aferir-se pelo número de alunos que anualmente tem tido, superior a quatro mil, com tendência para aumentar. Concluiu referindo que este acordo reveste-se de uma grande importância para Portugal, na medida em que permite ao país continuar a desempenhar um papel relevante no seio da Aliança Atlântica, de que é um dos membros fundadores.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Lite (PSD) felicitou o Sr. Deputado Paulo Pisco pelo parecer e pela opinião pessoal que expressou. Para um partido que acredita no eixo atlântico, ver o reforço do posicionamento estratégico em Oeiras, próximo de Cascais, para onde, em breve, irá funcionar uma das escolas mais prestigiadas do país, a

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

faculdade de Economia da Nova, trata-se de uma excelente notícia e uma feliz coincidência, rematou.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) cumprimentou o Sr. Deputado Relator pelo parecer, tendo de seguida informado que, tendo em conta a posição do PC contra a NATO, votará contra.

Submetido a votação o parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, contra do PCP e a ausência do BE.

- Proposta de Resolução nº 77/XII/3ª - "Aprova a Convenção Internacional para Eliminação de Atos de Terrorismo Nuclear, adotadas em Nova Iorque, em 13 de Abril de 2015".

O Sr. Deputado Mário Magalhães (PSD) apresentou o Parecer começando por referir que a Convenção Internacional para a Eliminação de Atos de Terrorismo Nuclear foi adotada em Nova Iorque, pela Assembleia Geral da ONU, em 2005, tendo sido assinada por Portugal em 2005. Tal, como é assinalado no preâmbulo da Proposta de Resolução aqui em análise, assinaram a presente Convenção 115 Estados e são atualmente parte da Convenção 93 Estados, tendo esta entrado em vigor, na ordem internacional, em 7 de julho de 2007. A Convenção foi o resultado da preocupação dos países signatários para evitar que grupos terroristas tenham acesso a armas de destruição maciça, que podem causar prejuízos inimagináveis à sociedade internacional. Com esta Convenção, procura-se combater o surgimento de redes clandestinas de venda de material nuclear através da cooperação entre os Estados com o enquadramento da ONU e do seu Secretário-Geral. Concluiu realçando o facto de Portugal ter sido um dos primeiros Estados a assinar esta Convenção, pelo que parece de todo razoável e recomendável que a Assembleia da República vote favoravelmente esta Proposta de Resolução.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) saudou o Sr. Deputado e o parecer e considerou que era importante para Portugal aprovar esta Convenção.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

Submetido a votação o parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, abstenção do PCP e a ausência do BE.

- Proposta de Resolução nº 78/XII/3ª - "Aprova o Tratado de Comércio de Armas, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 2 de abril de 2013".

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) começou por referir que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 2013, a Resolução n.º 64/48 que aprova o Tratado de Comércio de Armas, instrumento jurídico que vem estabelecer normas internacionais comuns com a finalidade de regulamentar ou melhorar a regulamentação do comércio internacional de armas convencionais, prevenir e erradicar o comércio ilícito de armas convencionais e prevenir o seu desvio. O Tratado de Comércio é um novo instrumento jurídico de direito internacional público que visa regular ou melhorar a regulação do comércio internacional de armas convencionais. O Tratado promove também o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário, ao mesmo tempo que restringe o tráfico de armas, o que constitui ainda um indelével contributo para a manutenção da paz e da segurança mundial. Concluiu considerando que a proposta de resolução estava em condições de ser analisada pelo Plenário.

Submetido a votação o parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, abstenção do PCP e a ausência do BE.

3. Aprovação das Atas nºs. 140, 141, 142, 143, 144, 145 relativas respetivamente às reuniões de 27 e 29 de maio, 17 e 24 de junho e 1 e 8 de julho.

As atas foram aprovadas por unanimidade registando-se a ausência do BE.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 setembro 2014.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 146/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Jorge Rodrigues Pereira
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Carlos Enes
João Ramos
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Helena Pinto
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: